



Folha de São Paulo – 02 Mar 2004

Investidor quer acordo no Senado para novo modelo do setor elétrico

Os investidores do setor de energia ainda esperam que o Senado consiga fazer algumas alterações na MP (Medida Provisória) que criou o novo modelo do setor elétrico. Um grupo de empresários viaja hoje a Brasília para acompanhar os trabalhos do Senado, que deve votar a MP amanhã.

A expectativa é que o relator da MP no Senado, Rodolpho Tourinho (PFL-BA), consiga chegar a um acordo com o governo sobre algumas das propostas apresentadas pelas empresas do setor.

"O novo modelo tem imperfeições e a nossa expectativa é que se corrija esses problemas", disse Claudio Sales, diretor-presidente do CBIEE (Câmara Brasileira de Investidores de Energia Elétrica).

A principal preocupação das empresas está relacionada ao tratamento diferenciado para a comercialização das chamadas energias "nova" e "velha" --provenientes de novas usinas ou de usinas já instaladas no país.

De acordo com os investidores, o novo modelo cria distorções de preços que prejudicam as empresas que já estão instaladas. Eles reivindicam o direito de vender energia também nos leilões de energia nova e não apenas naquele destinado à energia velha (já amortizada) e que terá preços mais baixos.

Outro ponto criticado na MP é o repasse de parte dos custos com a compra de energia nos leilões regulados para as tarifas cobradas dos consumidores. O novo modelo não determina quanto será o repasse e os investidores querem que seja de até 100% do valor. A alegação é que a indefinição sobre esse repasse impõe um risco desnecessário às concessionárias.

Risco

Estudo realizado pela Tendências a pedido da Tractebel e da Duke Energy aponta que o novo modelo "coloca em risco a credibilidade do país e a capacidade de atrair novos investimentos para o setor".

"O novo modelo dá um imenso poder para o governo regular o setor por meio de decretos e satisfazer interesses políticos de curto prazo. E o setor de energia elétrica precisa de garantias de longo prazo", disse Ernesto Guedes, um dos autores do trabalho.

O ex-presidente do Banco Central e sócio da Tendências Consultoria, Gustavo Loyola, disse que o novo modelo é "estatizante".

"[Com o novo modelo], o ônus do investimento volta para o Estado", disse Loyola. Segundo ele, o novo modelo do setor, como está constituído, oferece muito risco para o investidor privado. Isso faz com que o Estado seja o único capaz de correr os riscos.

"O Estado entra como empresário. Um Estado que é deficitário em muitos serviços públicos e que terá de assumir o ônus desse investimento. Com isso, do setor privado vai sair apenas a decisão de financiar ou não o Estado. Esse modelo tem um viés estatizante", disse Loyola.

Um outro estudo da Tendências mostra que os investimentos no setor de energia teriam de R\$ 20 bilhões ao ano nos próximos 10 anos no caso da economia crescer em média 3,5% ao ano. O Estado tem capacidade de investir apenas R\$ 9 bilhões. O restante precisaria ser completado pelo setor privado.

Investimentos

De acordo com a pesquisa, o novo modelo irá desestimular investimentos das empresas que já atuam no país e de futuros investidores.

"O novo modelo coloca em risco a credibilidade do país e o futuro dos investimentos porque quebra regras, ameaça a sustentabilidade política do modelo e abre espaço para passivos legais", disse Guedes.

"O modelo proposto tem sua credibilidade comprometida ao propor regras que prejudicam a geração existente, seja devido ao viés de baixa nos preços da geração existente ou pela instabilidade de preços", informa o estudo.



A Duke Energy, que desde a privatização já investiu US\$ 1,5 bilhão no país, suspendeu os investimentos. O vice-presidente da empresa no Cone Sul, Mickey Peters, afirma que com as condições impostas pelo novo modelo "fica difícil pedir mais recursos na matriz para a realização de novos investimentos".

"Infelizmente, temos de falar de uma agenda defensiva e não de novos investimentos no Brasil. É uma pena termos esse enfoque neste momento, principalmente porque o Brasil vive um momento em que precisa crescer e gerar novas empregos", disse Peters.

O presidente da Tractebel Energia, Manoel Zaroni, disse que o novo modelo "é muito ruim, não só para o setor elétrico, mas também para todos os setores pois cria dificuldade e instabilidade". "Vamos ter de tentar sobreviver com o novo modelo, mas com certeza não serão feitos novos investimentos".

Loyola afirma que um novo investidor só entraria no país se tivesse alguma garantia do governo ou se participasse dos projetos em parceria com o setor público.

A reclamação dos empresários não é novidade. A CNI (Confederação Nacional da Indústria) chegou a elaborar um documento no qual afirmava que a proposta do governo "posterga importantes definições" para o setor.

Entre elas, estavam as condições de contratação de energia, procedimentos de comercialização e política tarifária para regulamentação posterior, o que contribuiria, segundo a CNI, para a manutenção de incertezas.

Processos

A Tendências também alertou que o novo modelo poderá ser contestado na Justiça pelas empresas do setor que não concordam com as novas regras apresentadas pelo Ministério de Minas e Energia.

"Essa alteração de regras poderá ser questionada na Justiça. Ainda mais no Brasil, um país que tem um sistema jurídico que permite o uso de liminares e artifícios que podem até prejudicar o investidor", afirma Ernesto Guedes, da Tendências.

Paulo Henrique Siqueira Born, vice-presidente da Duke Energy no Brasil, afirma que o novo modelo dá ao governo a possibilidade de mudar as regras novamente no futuro e que por isso muitas empresas tentarão se proteger juridicamente.

"O governo tem autonomia para alterar políticas públicas. A nossa proposta é manter condições como as que vigoraram desde a privatização, em 1998. Quem garante que daqui a dois ou três as regras não serão alteradas novamente?", disse.